



Evento: XXX Seminário de Iniciação Científica

## **SAÚDE E EDUCAÇÃO: PROMOVEDO QUALIDADE DE VIDA<sup>1</sup>**

### **HEALTH AND EDUCATION: PROMOTING QUALITY OF LIFE**

**Luana Junges<sup>2</sup>, Fabíola Flores<sup>3</sup>, Jocelene Francine Schons<sup>4</sup>, Luana Parcinello<sup>5</sup>, Roberta Rieger Possani<sup>6</sup>**

<sup>1</sup> Projeto desenvolvido pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família Unijui/Fumssar

<sup>2</sup> Nutricionista Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família

<sup>3</sup> Enfermeira Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família

<sup>4</sup> Psicóloga Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família

<sup>5</sup> Enfermeira Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família

<sup>6</sup> Dentista Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família.

## **INTRODUÇÃO**

O conceito de mobilidade urbana está relacionado, de forma simplificada, ao modo como as pessoas se deslocam de um determinado ponto ao outro, tendo seu direito de ir e vir. A questão da mobilidade, em especial, tem ampliado o campo de políticas públicas, à medida que o meio encontra seu princípio na cultura da mobilidade, mobilidade de objetos, pessoas, informações e tecnologia (LEMOS,2009).

No Brasil, desde meados da década de 1980, vários acontecimentos contribuíram para que a promoção da saúde passasse a ser incorporada como uma nova filosofia na prática das políticas de saúde. Dentre estes acontecimentos está a 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, e o Movimento da Reforma Sanitária, que foram espaços de luta pela descentralização do Sistema de Saúde e pela implantação de políticas sociais que defendem e cuidam da vida das pessoas. Esses movimentos delinearão a promoção da saúde como política que deve ser apresentada em todos os níveis de complexidade na gestão e na atenção do sistema de saúde (DIAS et.al 2016).

A institucionalização da Política Nacional de Promoção da Saúde, aconteceu por meio da portaria de MS/GM nº 687/2006, que propõe ser uma política transversal com vistas a favorecer diálogos entre os diversos setores do governo, como privados e sociedade, formando redes de compromisso com a qualidade de vida da população. No ano de 2014, o MS propôs uma revisão da Política favorecendo a escuta de diferentes segmentos envolvidos



com o desenvolvimento e avaliação das ações de promoção da saúde no Brasil (BRASIL, 2015).

Embora diretrizes da promoção da saúde tenham sido inseridas na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Saúde de 1990, a “Política Nacional de Promoção da Saúde” (PNPS) só se tornou realidade em 2006, tendo sido revisada e aprovada pela Comissão Intergestora Tripartite (CIT) e pelo Conselho Nacional de Saúde em 2014. Um dos vieses da PNPS é a promoção de ambientes e entornos seguros, saudáveis e sustentáveis, relacionada à mobilidade humana, visando um planejamento integrado e participativo. Este viés está relacionado ao objetivo de diminuir o risco de acidentes de trânsito (MALTA DC et al., 2018).

A realidade contemporânea vem impondo novos desafios sobre como alguns temas são abordados habitualmente, especialmente no que se refere à saúde pública. Esse é o caso dos acidentes de trânsito, que ocorrem por diversas causas. No Brasil, em 2021 ocorreram 11.647 mortes no trânsito, segundo o Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (RENAEST), da Secretaria Nacional de Trânsito, dado esse reafirma a necessidade de estruturar uma educação continuada no trânsito. Os acidentes de trânsito se configuram como um grave problema de saúde pública no País. Sendo a principal causa da busca de atendimentos em pronto-socorros (SENATRAN) contribuindo para a superlotação e demora nos atendimentos em hospitais.

De acordo com o Portal da Criança Segura (2018), os acidentes de trânsito são considerados como a principal causa de morte de crianças entre 1 e 14 anos. Desse modo, torna-se cada vez mais necessário que a educação para o trânsito se torne presente nas discussões, principalmente nas escolas. Educação de trânsito se trata de uma conscientização que pode ser iniciada na família e estendida ao ambiente escolar, local em que se pode desenvolver uma cultura de maior segurança entre os estudantes, permitindo a discussão desta temática com estímulo a atitudes mais responsáveis.

A mobilidade urbana está relacionada a diversos fatores, mas um deles é o deslocamento diário de estudantes. Essa é uma modalidade espacial da população ainda pouco explorada e que afeta diretamente a qualidade de vida das populações. (LIMA; FREIRE; OJIMA, 2018). A Lei 12.587/12, conhecida como Lei da Mobilidade Urbana, determina aos municípios a tarefa de planejar e executar ações de mobilidade, que facilita a aplicabilidade



nos casos concretos referentes ao assunto (BRASIL, 2012). Essa política deve integrar o planejamento urbano, transporte e trânsito e observar os princípios de inclusão social e da sustentabilidade ambiental.

Neste estudo, face à crescente atenção de políticas públicas quanto à questão da segurança dos estudantes, sendo estes crianças, adolescentes e jovens, analisamos a importância de promover a discussão sobre a mobilidade segura aos escolares e proporcionar um trânsito seguro, com o intuito de prevenir acidentes e mortes causados pelo trânsito.

## **METODOLOGIA**

Neste estudo, adotar-se-á os princípios de uma pesquisa descritiva. Entende-se por pesquisa descritiva, que visa apenas a observar, registrar, descrever as características de determinado fenômeno ocorrido em uma amostra ou população, sem, no entanto, analisar o mérito do conteúdo. Os objetivos são de caráter exploratório, que buscam compreensão ampliada sobre um assunto pouco conhecido, explorado (FONTENELLES, 2009).

O projeto será desenvolvido em uma Escola Estadual, no Bairro Auxiliadora da cidade de Santa Rosa, com as turmas do primeiro ano do ensino básico vinculadas ao Programa Saúde na Escola. As atividades serão realizadas em um turno, com duração média de 90 minutos por turma. O objetivo da intervenção é educar através das demonstrações das práticas seguras empoderando os escolares dos sinais e significados do trânsito. O primeiro momento da atividade consiste em explicar e orientar sobre os sinais, condutas e placas, após isso os escolares serão convidados a colocar em prática seus conhecimentos. A prática será um circuito com as placas, sinais e obstáculos, em que a criança é um condutor de um veículo, no final da atividade receberá um certificado de bom condutor.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Mobilidade urbana segura é um tema que deve ser cada vez mais discutido na nossa sociedade. Inicialmente foi realizada a explanação da temática, apresentando o significados das placas de trânsito, qual o modo seguro para realizar a travessia da rua, bem como, sobre os sinais do semáforo. Foi possível visualizar a compreensão dos alunos quanto à temática proposta, na qual, todos que ali estavam presentes, participaram da atividade.



No entanto, durante a atividade os alunos relatam que vão para a escola caminhando e na maioria das vezes, sozinhos. Isso demonstra fragilidade na viabilidade do acesso da escola para muitos alunos, uma vez que não possuem outros recursos para o acesso da mesma. Neste sentido, entende-se que as Políticas Públicas referentes à Mobilidade Urbana são emergências e devem ser impreteríveis, a fim de estabelecer e orientar os usuários sobre seus direitos.

Apesar dos avanços no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e ainda de acordo com o relato das pessoas presentes, os alunos são assíduos às aulas. No entanto, é importante apontar que o Brasil sofre uma silenciosa tragédia: dos 10,3 milhões de jovens que deveriam estar na escola, 2,8 milhões saem todos os anos. E é importante destacar, que a precariedade da mobilidade urbana é um dos principais fatores, o que impacta diretamente na trajetória individual de cada sujeito (SENA, FILHO E PIETRAFESA, 2019).

A Agenda de Ação 2020 da ONU foi elaborada a partir do Plano Global 2011-2020 e a Declaração de Brasília, estabelecendo cinco pontos como prioridade, que aqui destacamos: viagem segura para escola para todas as crianças, transporte escolar seguro, execução e medidas contra álcool ao volante (CORDEIRO; MELLO, 2018).

Após as orientações sobre os cuidados necessários, foi realizado um circuito para elucidar cada um dos pontos discutidos. Foi possível perceber que os alunos conseguiram realizar o circuito sem erros, demonstrando apropriação quanto à temática. Ao final da atividade, cada um dos participantes recebeu um certificado de fiscal de trânsito da família, compreendendo que a partir desta prática, o conhecimento será compartilhado pelas crianças com os demais integrantes da família.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, pode-se afirmar que as políticas de mobilidade urbana devem estar articuladas com outras políticas que promovem a qualidade e a dignidade de vida a todos os sujeitos. É importante lembrar que a política de mobilidade urbana é parte da política de desenvolvimento urbano, uma vez que só é possível promover desenvolvimento a partir da questão da mobilidade.

A formação básica proposta sobre o trânsito faz com que os alunos identifiquem, reflitam e compreendam o tema, isso provoca a criança uma sensação de pertencimento e de



comprometimento com respeito aos demais pedestres. Senso assim, necessária a construção de um ambiente solidário que priorize a segurança de todos (SCHNEIDER, E. J., 2021).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Distrito Federal - Brasília. 2015. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnps\\_revisao\\_portaria\\_687.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnps_revisao_portaria_687.pdf)
- BRASIL. Ministério da Saúde. Distrito Federal - Brasília. 2012. Disponível em: [https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/cartilha\\_lei\\_12587.pdf](https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/cartilha_lei_12587.pdf)
- CORDEIRO, A.T.; MELLO, S. C. B. Entre a casa e a escola: articulações discursivas em torno do transporte escolar privado. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v.7, n.1, p. 65-85.
- DIAS. M.S.A, OLIVEIRA.I.P, SILVA. L.M.S, VASCONCELOS. M.I.O, MACHADO.M.F.A.S, FORTE. F.D.S, SILVA.L.C.C. (2016). Política Nacional de Promoção da Saúde: um estudo de avaliabilidade em uma região de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(1), 2018.
- MALTA, D. C.; REIS, A. A. C.; JAIME, P. C.; NETO, O. L. M.; SILVA, M. M. A.; AKERMAN, M. O SUS e a Política Nacional de Promoção da Saúde: perspectiva resultados, avanços e desafios em tempos de crise. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6):1799-1809, 2018.
- LEMOS, A. Cultura da Mobilidade. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, v.16, n.40, p. 28-35, dez, 2009.
- LIMA, W. M.; FREIRE, F. H. M. A.; OJIMA, R. Mobilidade e rendimento escolar dos estudantes do ensino médio em Natal (RN). *Revista Brasileira de Gestão Urbana - V 10 -N 2*, p. 346 - 356, 2018.
- SENA, S. C. T.; FILHO, J. L. V. J.; PIETRAFESA, P. A. Mobilidade Urbana vivenciada por alunos da escola pública (EJA) Goiânia: Estudo de Caso. *Revista de Desenvolvimento Econômico RDE - Ano XXI – V. 2 - N. 43 - Salvador, BA – p. 317 – 343*, 2019.
- SCHNEIDER, E. J. (2021). Por que educação para o trânsito na escola?. *Revista Inter Ação*, 45(3), 940–953. <https://doi.org/10.5216/ia.v45i3.64914>